

Secretaria
de Educação e
Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Unidade Curricular

Agenda 21 Global e Agenda 21 Escolar

Material de apoio à ação docente

PERNAMBUCO

Secretária de Educação e Esportes
Ivaneide Dantas

Secretária Executiva Planejamento e Coordenação
Mônica Maria Andrade

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação
Tárcia Regina da Silva

Secretário Executivo de Ensino Médio e Profissional
Gilson Alves do Nascimento Filho

Secretário Executivo de Administração e Finanças
Gilson Monteiro Filho

Secretário Executivo de Gestão da Rede
Igor Fontes Cadena

Secretário Executivo de Esportes
Luciano Leonídio

Equipe de elaboração

Leticia Ramos

Equipe de coordenação

Gerente Geral de Políticas Educacionais do Ensino Médio (GGPEM/SEDE)

Janine Fortunato Queiroga Maciel

Gestor Pedagógico (GGPEM/SEDE)

Rômulo Guedes e Silva

Chefe da Unidade do Ensino Médio (GGPEM/SEDE)

Andreza Shirlene Figueiredo de Souza

Revisão

*Ana Caroline Borba Filgueira Pacheco
Ana Karine Pereira de Holanda Bastos
Andreza Shirlene Figueiredo de Souza*

Sumário

1. Apresentação	5
2. História - Agenda global, local e escolar	7
Orientações para realização de atividades	9
Orientações para a Avaliação	10
3. Agenda 21 Global - importância, avanços e impasses das políticas públicas	11
Orientações para realização de atividades	14
Orientações para a Avaliação	15
4. Agenda 21 Local	16
Orientações para realização de atividades	19
Orientações para a Avaliação	19
5. Definições - Agenda 21 Global e Agenda 21 Escolar	20
Orientações para realização de atividades	22
6. Construção, apresentação, debate, aprovação e implantação da Agenda Escolar	25
Orientações para realização de atividades	28
Orientações para a Avaliação	28
7. Referências bibliográficas	29

I - Apresentação

Prezado(a) professor(a).

A *Agenda 21 Global e Agenda 21 Escolar* é uma Unidade Curricular(UC) obrigatória do 3º ano do Ensino Médio da Rede Pública Estadual de Pernambuco, a partir da qual, o(a) estudante busca desenvolver a seguinte habilidade.

Selecionar e mobilizar recursos criativos para resolver problemas reais, com vista a melhoria da qualidade de vida para a nossa e para as futuras gerações com fim de compreender a importância da Educação Ambiental Escolar e promover o debate sobre as questões ambientais (PERNAMBUCO, 2021, p.534).

Diante disso, a habilidade supracitada, pauta-se a partir do eixo estruturante **Processos Criativos**, e nesta Unidade Curricular busca aprofundar os conhecimentos do(a)s estudantes sobre a implementação de medidas para o alcance do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas territoriais, ou seja: do local ao global.

Dentre as estratégias pensadas para sua execução, identifica-se uma questão/tema central do local ou entorno social, que desperte o interesse do(a)s jovens, a partir do qual ele(a)s são provocado(a)s a elaborar soluções efetivas e inovadoras que melhorem as condições de vida em sociedade.

Para esse desenvolvimento de ensino e aprendizagem, convidamos o(a) professor(a) para propor a adoção de uma postura criativa, inovadora e sustentável em relação à **ementa** desta Unidade Curricular, conforme posta a seguir:

Análise da Agenda 21 Global elencando sua importância para a promoção do desenvolvimento sustentável bem como seus avanços e impasses das políticas públicas. Seleção de artigos para construir a agenda 21 Escolar. Apresentar para a escola o projeto de construção da Agenda 21 escolar. Promoção de debate para aprovação da proposta, Implantação da Agenda 21 Escolar (PERNAMBUCO, 2021).

Obviamente não é nossa pretensão esgotar o assunto do ponto de vista teórico-metodológico, mas enveredar por concepções das Ciências Humanas que ajude o(a) estudante a analisar, refletir e compreender os fenômenos do desenvolvimento sustentável, proposto pela Unidade Curricular em tela, cujo **foco pedagógico** é:

Identificação e aprofundamento de um problema ambiental com consequências para a comunidade escolar e adjacências (utilizando formulários de consulta, rodas de diálogo ou outras dinâmicas com grupos de estudantes e/ou com comunidade escolar); Apresentação e difusão de ação, produto, protótipo, modelo que contribuam para soluções criativas, tais como obras e espetáculos artísticos e culturais, campanhas e peças de comunicação, utilização de programas e aplicativos, jogos, robôs, entre outros instrumentos e produtos analógicos e digitais (como mapas, GPS, livros e revistas) com vistas à resolução dos problemas identificados; Orientar organização material de comunicação dos resultados utilizando diferentes linguagens, como jornais escolar e comunitários (impressos ou digitais, Podcast, seminários, rádio escola ou comunitária entre outros instrumentos de comunicação.

E cuja **justificativa** é *participar de uma sociedade cada vez mais pautada pela criatividade e inovação, na qual os estudantes precisam aprender a utilizar conhecimentos, habilidades e recursos de forma criativa para propor, inventar, inovar.*

Desse modo, professora, professor, nosso intuito é subsidiar práticas docentes que permitam o(a)s estudantes aprofundarem e construir conhecimentos, a partir da temática em pauta, em diálogo com seus planejamentos de forma autônoma e crítica, fundamentado nos documentos orientadores, nas suas experiências enquanto docente e demais fontes de estudos que considerarem pertinentes.

Vamos juntos ao trabalho!

2 - História - Agendas Global, Local e Escolar

A *Agenda 21 Global* (AG21) é um documento que visa à implementação de medidas para o desenvolvimento sustentável em escalas local, regional e global, acordado e assinado por 179 países, em 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento-CNUMAD/ECO-92 ou Rio-92.

Participaram da AG21, movimentos ambientais militantes, líderes religiosos, líderes políticos, artistas de diversas modalidades, intelectuais, jornalistas, ONGs(Organizações Não-Governamentais) e movimentos populares(Oliveira, 2011). Composta por 04 seções, 40 capítulos, 115 programas e, aproximadamente, 2.500 ações(Mousinho, 2003; MMA, 2005), recebeu esse nome porque, no sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominasse o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações.

Ao longo de sua história, o documento passou por revisões, incorporou seus objetivos à *Agenda 2030* e, desde então, se tornou o instrumento de política socioambiental mais amplo e representativo que as nações em conjunto já construíram.

Trata-se de um plano de ação abrangente promovido pela Organização das Nações Unidas(ONU) durante a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, em 1992, que tem como principal objetivo ***formular diretrizes e metas para o desenvolvimento sustentável em escala global e integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais.*** Seu foco é desenvolver planos de ação locais, em diferentes territórios, de acordo com as particularidades normativas, políticas, ambientais e estruturais de cada localidade por meio da colaboração entre os países.

Assim, a AG21 é definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica(MMA, 2015) e almeja o equilíbrio entre o ser humano, a natureza e a economia sem prejudicar o desenvolvimento, a qualidade de vida e sem

degradar o ambiente do planeta. Nesse sentido,

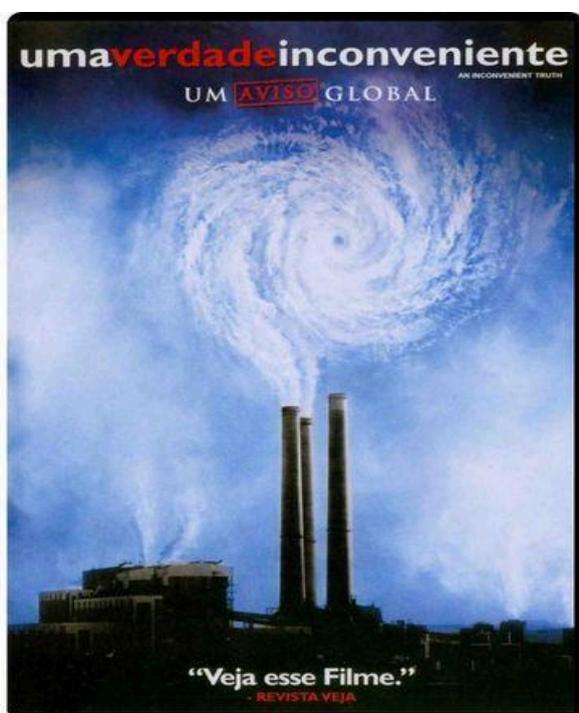
[...] está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental (Capítulo 1 – Preâmbulo AGENDA 21 GLOBAL, 1992, p. 5).

Ademais, a efetivação da AG21 depende da ação coletiva e individual dos países signatários no intuito de garantir um novo modelo de desenvolvimento e a implantação da referida agenda em âmbito nacional, estadual e municipal, cujo:

O êxito de execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. (Capítulo 1 – Preâmbulo AGENDA 21 GLOBAL, 1992, p. 5).

Na prática, o governo federal brasileiro priorizou apoiar seus estados e municípios mediante o fomento e a assistência técnica participando de eventos de sensibilização, tirando dúvidas das equipes locais. Deixando sob a responsabilidade das instituições locais a concretização de cada AG21.

O documentário *Uma Verdade Inconveniente*, lançado mundialmente em 2006, aborda pontos relacionados ao desenvolvimento humano, crescimento econômico, política ambiental e equilíbrio climático, item este que foi evidenciado na Declaração sobre mudança climática da AG21, e resultou numa recomendação para que se estabilizassem as emissões de dióxido de carbono.



Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-111289/fotos/> Acesso em 11 abr. 2024

Disponível em: https://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2007/10/071012_nobelpeaceprizelc.shtml

Acesso em 11 abr. 2024

No documentário é apresentada uma advertência sobre o futuro do planeta desta civilização. É um alerta que perpassa mitos e conceitos errados, para revelar a mensagem que o superaquecimento global é um perigo real e imediato. *Uma Verdade Inconveniente* argumenta que precisamos agir agora para salvar a Terra. Todos e cada um de nós podemos mudar essa situação, na maneira que vivemos nosso dia-a-dia e nos tornarmos parte da solução.

Ficha técnica

Nome: Uma Verdade Inconveniente

Nome original: An Inconvenient Truth

Cor filmagem: Colorida

Origem: EUA

Ano produção: 2006

Gênero: Documentário

Duração: 100 min

Classificação: livre

Orientações para a realização de atividades

Nessa primeira etapa, o(a) estudante pode ser provocado(a) a discutir o tema e as concepções de *sustentabilidade* da *Agenda Global 21*. O(a) professor(a) pode apresentar a *Carta da Terra* e organizar grupos temáticos para discutir seus 16 princípios distribuídos em quatro grupos. Sugerimos ainda *A Carta da Terra comentada* - com sugestões para atividades, no link:

<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=109>

Também é interessante fomentar um levantamento do contexto histórico-social e econômico que levaram à *Eco 92* com sistematização e apresentação, em sala de aula, dos dados pesquisados.

Os(as) estudantes podem, também, apresentar toda a produção sobre o tema em forma de performances, vídeos, podcast, projetos sociais, entre outros.

Orientações para a avaliação

A/o professora, após observar a produção dos/as estudantes, pode pensar nas suas ideias acerca das proposições criativas e inovadoras para resolução dos problemas identificados durante as pesquisas e que considerem relevantes para conquistar qualidade de vida.

Pode-se, ainda, aferir o desempenho da/do estudante na divulgação dos vídeos, podcast, projetos no espaço escolar e em seu entorno.

3 - Agenda 21 - importância, avanços e impasses das políticas públicas para a sustentabilidade.

Dentre sua importância e avanços, a Agenda 21 se destacou como:

- ✓ Marco institucional que incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas em âmbito mundial;
- ✓ Inovação ao propor a *Agenda 21* em todos os territórios;
- ✓ Documento mais relevante para pensar, discutir criticamente e mudar os rumos da relação das nações com os recursos naturais;
- ✓ Forte repercussão midiática na época de sua realização como sendo o maior evento pró-sustentabilidade já realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas), atraindo a atenção de diversos segmentos da sociedade mundial.

Contudo, a disseminação jornalística da *AG21*, durante sua realização, se enfraqueceu rapidamente. Nos anos seguintes, já se percebia a baixa adesão às suas propostas, a intensa diminuição dos debates sobre meio ambiente e a ausência de notícias nas mídias, a despeito de ter sido ovacionada em 1992 já não contava com a comunicação entre as ONGs, fato que seria fundamental para manter a discussão em pauta.

Dentre os impasses ...

Entre os estudiosos, vários críticos apontam *limitações* conceitual e instrumental do documento. Entre eles, Acselrad e Leroy (1999) para quem o conceito de *desenvolvimento sustentável* é genérico, superficial, não apresenta alternativas. Pelo contrário, enfatiza a lógica do mercado, a competitividade, a produtividade, a noção mais quantitativa do que qualitativa, evidenciando a polissemia do termo.

a ideia de desenvolvimento pode ser entendida de várias maneiras — e nenhuma delas é uma formulação neutra. O que sempre existiu foi a vontade do ser humano de se reproduzir, de crescer e de melhorar de

vida. O desenvolvimento capitalista é uma versão dessa vontade sob a tutela de uma minoria que consegue geri-la em proveito próprio. (Acselrad & Leroy, p. 14, 1999).

Desse modo, é possível inferir que essa visão de desenvolvimento sustentável da AG21 é utópica e excludente, pois trata de problemas ambientais sem discutir suas causas no capitalismo, evidenciando-se como mero disfarce para legitimar os interesses do capital.

Quanto a imprecisão do termo *desenvolvimento sustentável*, Leonardo Boff (*apud* MMA, 2006) observa que existe uma contradição no conceito de desenvolvimento sustentável na sua própria concepção, dividindo-o em duas categorias:

Desenvolvimento → enquanto uma categoria que tem sua origem na economia e no modelo econômico real e vigente, que é o capitalismo, com o objetivo claro de aumentar a produção, consumo e riqueza;

Sustentabilidade → originado no movimento socioambiental, das ciências da vida, da ecologia e da biologia, no qual predominam lógicas de cooperação mutualísticas (MMA, 2006).

Para além das críticas acerca da concepção de desenvolvimento sustentável da AG21, (Acselrad e Leroy, 1999; Rua, 2007; Leff, 2000; Diegues, 2000) discutem possibilidades de desenvolvimento sustentável, a partir do:

desenvolvimento autônomo com ênfase nas demandas locais;

fortalecimento do lugar sem ignorar sua conexão com escalas globais;

uso de uma racionalidade ambiental pautada na adoção de novos padrões de produção/consumo, equidade, eficiência tecnológica, etnoconservação e ética.

Nesse contexto, Rua (2007) assinala que “[...] *cada sociedade deveria ter o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades e de definir os padrões de sustentabilidade, escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento.*” (*Op. Cit*, 2007, p. 171). Em tom crítico, o autor adverte que é necessário conviver não somente com um outro desenvolvimento, possivelmente contra hegemônico ao proposto na referida Agenda, mas, sobretudo, com múltiplos desenvolvimentos em movimento.

Outra limitação - é o caráter instrumental - atribuída a AG21 que impediria sua

implementação como política pública. Isto é, de operacionalização/efetivação, em função da:

dificuldade para manter o debate coletivo, viabilizar ações concretas, reunir atores que atuaram em sua criação e, que ao longo dos anos, se mostraram descomprometidos com as questões de sustentabilidade ou enveredaram por interesses próprios;

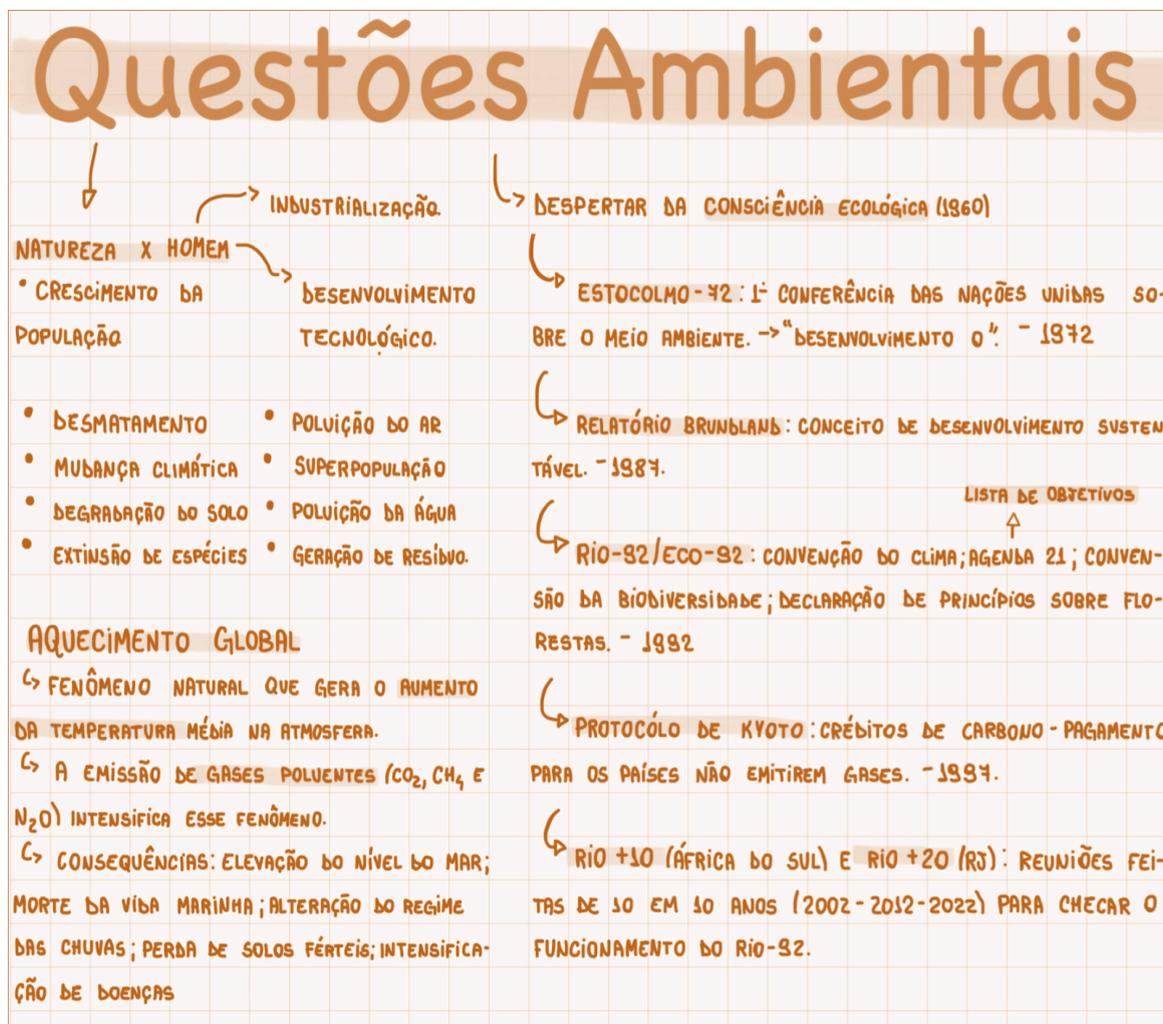
conhecimento e compreensão desproporcional entre e inter países no planeta sobre qual sustentabilidade global estava sendo proposta naquela época.



Disponível em: [Geografia em Foco: Escassez de alimentos \(outrageografia.blogspot.com\)](http://outrageografia.blogspot.com). Acesso em: 10 abr. 2024;
Disponível em: [Confira a charge de Miguel Paiva desta sexta-feira \(jb.com.br\)](http://jb.com.br). Acesso em: 10 abr. 2024

As charges acima nos remetem a algumas reflexões inspiradas em Milton Santos, que avança no debate acerca da sustentabilidade, sobretudo, se considerarmos as exigências sistematicamente colocadas pela ordem socioeconômica capitalista para explorar a natureza, e nos sugere pensar: qual concepção de sustentabilidade a AG21 defendia? Quais eram suas reais possibilidades de aplicação diante dos diferentes interesses econômicos entre os países ricos e os pobres?

Sugestão de pesquisa - Cronologia de eventos mundiais



Fonte: <https://www.passeidireto.com/arquivo/111906265/mapa-mental-questoes-ambientais>. Acesso 13.02.2024

Orientações para a realização de atividades

Assim, o/a professor/a pode propor à turma o levantamento de todos os encontros sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e questões ambientais, em princípio, a partir dos anos 1960 até a realização e pós realização da ECO-92, buscando despertar a curiosidade do/a estudante quanto aos aspectos histórico-sociais, econômicos e políticos que envolvem o conceito estabelecido na AG21.

Também poderiam-se ampliar as discussões do mapa conceitual acima, e apresentá-las com

criatividade.

Sugerimos uma problematização focando a importância, avanços e limites da referida Agenda e a elaboração de uma linha do tempo com esses aspectos relacionados à vida cotidiana, ação que pode resultar num projeto criativo que possa aglutinar ideias e pessoas para os primeiros passos de construção de uma Agenda local.

Orientações para a avaliação

Pode-se observar se o(a) estudante conseguiu levantar as diversas visões de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ao longo da linha do tempo proposta; percebe-se a relação entre importância, avanços e impasses do discurso da AG21 e as repercussões nos dias de hoje, se apresentam possíveis desfechos diferentes dos ocorridos após a instituição da Agenda Global 21 em formatos dinâmicos e inovadores.



<https://youtu.be/ovZfjByWrVY>



<https://youtu.be/xvG96-qR398>

Os vídeos em curta metragem “Pensar Global, Agir Local” são interessantes para abordar com a(o) estudante o impacto que a atitude dele(a) tem na vida das pessoas e do planeta.

4 - Agenda 21 Local - AG21L

Baseada no slogan “Pensar Global, Agir Local” concebido na *AG21*, os países foram convocados a construir suas Agendas 21 locais¹. O trecho, a seguir, da CNUMAD/ECO-92 descreve essa responsabilização invocando as autoridades locais para esse fim.

Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 Local. Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais, obtendo, assim, as informações necessárias para formular as melhores estratégias. O processo de consultas aumentará a consciência das famílias em relação às questões do desenvolvimento sustentável. Os programas, as políticas, as leis e os regulamentos das autoridades locais destinados a cumprir os objetivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais adotados. Podem-se utilizar também estratégias para apoiar propostas de financiamento local, nacional, regional e internacional (BRASIL, 1996, capítulo 28, parágrafo 28).

Para que os objetivos da Agenda 21 no Brasil fossem buscados as diferentes experiências no país envolveram: sensibilização, capacitação, institucionalização dos processos, elaboração de temas e diagnósticos, formulação de propostas, definição de meios de implementação e a implantação.

Assim, foram estabelecidos o papel de cada um dos envolvidos no processo, conforme posto, a seguir:

- Alcançar as mudanças necessárias para o sucesso da Agenda 21 Local demanda a ação dos grupos e indivíduos: lares, organizações comunitárias, movimentos sociais, ONGs, produtores e empresas de pequeno a médio portes, governos e organizações governamentais locais e regionais, instituições de pesquisa e ensino.
- Cada membro, cada setor tem o seu papel. Para exemplificar, no plano governamental existe um papel específico para cada uma das esferas de governo na definição de políticas públicas. O plano federal define as políticas gerais e estruturantes do País elaborando diretrizes e princípios. Aos estados e municípios cabe, em seu espaço territorial, exercício semelhante de formulação de políticas públicas, em atendimento ao princípio federativo.

¹ De acordo com ICLEI (2005), 6400 governos locais de 113 países estavam envolvidos com atividades relacionadas à Agenda 21 Local já antes dos anos 90.

- A sociedade civil tem papel fundamental no monitoramento da Agenda 21 Local, mantendo uma atuação ativa e crítica, mas isso só pode ocorrer se os governos exercerem as leis de forma transparente, requerendo que as informações estejam disponíveis para análise. Ainda, a sociedade civil pode se aproximar da comunidade de forma que esta seja mais efetiva na cobrança pela implementação das ações identificadas pela Agenda Local e na realização de campanhas de conscientização.
- Contando com a participação ativa dos parceiros, a Agenda 21 Local tratará, assim, de assuntos específicos de cada territorialidade abordando temas cujas decisões estão em sua esfera de atuação. Desta forma, cria-se harmonia entre as competências e o apoio mútuo na formulação e implementação de ações para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, em 1996, o Brasil elaborou sua AG21² sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS³ com base nas Agendas estaduais⁴. Para tanto, utilizou o planejamento estratégico e participativo, realizou uma consulta no país entre 2000 e 2001 que elegeu as necessidades mais urgentes e, por fim, a implementou em 2003.

Essa metodologia de construção privilegiou uma abordagem multissetorial da realidade do país, possibilitou às comunidades locais identificarem as potencialidades e vulnerabilidades de seus recursos ambientais e ao mesmo tempo compartilhar com o governo as responsabilidades pelas decisões. Desse modo, evidenciou o slogan “do local ao global” termo fomentado nas reuniões das Nações Unidas para quem as *Agendas 21* deveriam ser estruturadas da base (das pessoas e comunidades locais) para o país e para o mundo. Conforme Malheiros e *et al.*

² O Ministério do Meio Ambiente (MMA), em 2004, definiu a Agenda 21 Local como: “um Plano de Ação Local para o desenvolvimento sustentável”. Instrumento de formulação e implementação de políticas públicas locais, por meio do planejamento estratégico, participativo e de corresponsabilidade, que define e estabelece prioridades a serem executadas pela parceria governo-sociedade”.

³ A CPDS foi criada por Decreto Presidencial de 26/02/97. Composição: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Casa Civil - Câmara de Políticas Sociais; Fórum Brasileiro das Ongs e Movimentos Sociais; Fundação Movimento Onda Azul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Getúlio Vargas.

⁴ Em 2002, 1.652 municípios brasileiros já haviam iniciado suas Agendas locais antes do governo federal instituir a do país, e, assim, se tornaram referência para a nacional. (IBGE, 2005).

A Agenda 21 brasileira como um documento resultante de um processo de planejamento participativo e com status de plano nacional de desenvolvimento sustentável, significando um importante documento de subsídio potencial a formulação de políticas focadas no desenvolvimento duradouro, pois incorpora princípios, compromissos e objetivos estabelecidos na Agenda 21 Global, traduzindo-os para o contexto do Brasil. (MALHEIROS *et al* p.10, 2008)

Assim, a Agenda 21 Brasileira foi estruturada, a partir de três dimensões interdependentes: Diagnose da realidade do país; Seis temas prioritários e Estratégias e meios para implementação.

Os Seis temas prioritários foram definidos a partir das potencialidades, fragilidades e diferenciais que o Brasil possui para alcançar seu desenvolvimento econômico e justiça social. São eles: agricultura sustentável; cidades sustentáveis; infraestrutura e integração regional; gestão dos recursos naturais; redução das desigualdades sociais, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Em 2003, a importância estratégica da *Agenda 21* levou o governo a considerá-la como Programa no Plano Plurianual - PPA 2004-2007⁵. Assim, a referida Agenda passa a receber verba para execução de três ações finais: elaboração e implementação das Agendas 21 Locais; formação continuada em Agenda 21 Local; e fomento a projetos de Agendas 21 Locais (por meio do FNMA), em um esforço no desmembramento e cooperação de responsabilidades de estados e municípios.

Todavia, diversos autores (Malheiros *et al.* 2008, p. 9; Martins, Carvalho, Barcellos e Moreira (2015, p. 99) *apud* Piga, Masano e Mostage (2018) apontam como crítica à realização da Agenda 21 Brasileira:

Ausência de um sistema de monitoramento e avaliação;

Descontinuidade de ações e agentes pós mudança de cada governo;

Ausência de governança ambiental que garantisse a ampla participação da sociedade.

⁵ uma ação para o fomento, o monitoramento e a execução das ações prioritárias elencadas nos 21 objetivos da AG21 Brasileira, denotando a continuidade do processo da AG21.

Orientações para a realização de atividades

Nessa etapa, pode ser interessante explorar o slogan “Pensar Global, Agir Local” numa roda de conversas, apresentando exemplos do cotidiano, criando uma nuvem de palavras com esse termo. Desenvolver uma performance com tópicos da Agenda Brasileira.

Posteriormente, pode ser solicitado ao estudante por meio da temática estudada, produzir vídeos e/ou curtas-metragens para serem expostos na comunidade escolar.

Além disso, pode ser trabalhado em sala de aula uma *playlist* a partir das temáticas estudadas e/ou por meio das palavras elencadas na nuvem construída anteriormente. Pode-se, também, solicitar as/os estudantes a elaboração (em grupo) de comentários acerca de cada música que ela/eles escolheram e marcar um dia para a exposição na sala de cada *playlist*.

Orientações para a avaliação

A avaliação poderá ser realizada continuamente, considerando a participação e o envolvimento dos alunos nas atividades orais, escritas, seminários e atividades em laboratório. Pode-se, também, considerar a avaliação das/dos estudantes sobre o desempenho no desenvolvimento dessa etapa de estudos e aprendizagens, bem como a autoavaliação. A ideia é estimular o protagonismo, o comprometimento com seu próprio desempenho.

5 - Definições - Agenda 21 Global e Agenda 21 Escolar

Por ora, é importante ressaltar que a implementação da *Agenda 21 local* não depende apenas das autoridades e dos agentes locais, mas também requer o envolvimento ativo de escolas, associações, empresas, cidadãos e grupos de interesse.

Nesse sentido, este material de apoio aborda a *Agenda 21 Global* e a *Agenda 21 Escolar* compreendendo-as como dois instrumentos relacionados com iniciativas que promovem o desenvolvimento sustentável em âmbito global e local - as escolas - especificamente.

De forma bastante simples, podemos defini-las assim:

Agenda 21 Global → é um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável em escala planetária.

Agenda 21 Escolar → é uma iniciativa para promover a educação e práticas sustentáveis em ambientes escolares.

A partir de agora, vamos conversar um pouco sobre o próximo tópico.

Agenda 21 Escolar - Definições, aspectos legais e crítica

A Agenda 21 Escolar é um movimento que visa promover a educação para o desenvolvimento sustentável nas escolas, realizado pela instituição de ensino e entidades locais, cujo foco é a aprendizagem de temas referentes às principais questões sociais e ambientais de sua própria realidade e de seu entorno, o estímulo à participação comunitária de forma deliberativa e coletiva e a mudança de atitude.

Dentre seus objetivos estão:

Envolver a comunidade escolar, professores, funcionários e alunos em iniciativas e ações para a construção de uma sociedade sustentável.

Estimular a reflexão sobre questões ecológicas, comunitárias e sociais, incentivando práticas e comportamentos sustentáveis na esfera econômica.

presença de valores morais à uma ética ecológica e à questões gerenciais.

Fazendo com que o ambiente deixe de ser visto como produto histórico das relações sociedade-natureza, ou seja, um complexo relacional objeto de disputa na sua materialidade, em que as diferentes territorialidades se estabelecem e se produzem (Acsegrad, 2004, 2013 *apud* Loureiro(2016), invisibilizando possíveis reflexões estruturais relativas à historicidade das relações sociais e modos de produção (Zhouiri; Laschefski; Pereira, 2005 *apud* Loureiro(2016) que envolvem o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Para ampliar mais ainda o olhar sobre esse assunto é importante observar que o termo Educação e Desenvolvimento Sustentável (EDS)⁶ foi reafirmado na Rio 92 - especificamente no capítulo 36.3 da Agenda 21⁷ (BRASIL, 1992) -, pelo qual todos os países afirmam o compromisso com o desenvolvimento sustentável se comprometendo a desenvolver e implementar uma estratégia de educação com essa finalidade.

No aspecto legislativo, em 1999, a Lei N° 9.795 institui a Política Nacional de Educação Ambiental, com destaque para dois artigos.

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Embora se observem conquistas com a existência da referida lei que atrela a educação ambiental à cidadania e define seu papel, pois ela por si só, é insuficiente para determinar mudanças efetivas. Ademais, a luta pela instituição de políticas públicas de sustentabilidade socioambiental contínua. Em 1977 e nos anos seguintes, o governo amplia o espaço de discussão

⁶ No século XXI, o termo Educação Ambiental surgiu na Conferência em Paris, em 1948, foi se definindo como conceito, na Conferência para o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, foi um start (início) para um Programa Internacional de Educação Ambiental, em Tbilisi, em 1977, onde foi realizada a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental da UNESCO e tornou-se centro das atenções na RIO-92.

⁷ A ECO-92 inspirou várias outras reuniões (Cúpula do Milênio, em 2002 em Nova York, Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, 2002, que decretou o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, em 2012, a Conferência para o Desenvolvimento Sustentável em 2015, a Rio +30, em 2022), às quais aprofundaram os acordos realizados sobre o meio ambiente durante a Rio-92 sem infringir os interesses do capital.

da educação ambiental com a criação de mais dois documentos: os Parâmetros Curriculares Nacionais composto de 10 cadernos, dos quais três são dedicados ao tema e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental(DCNEA), para quem

A Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2013, p. 535).

Em ambos documentos, a Educação Ambiental é inserida de forma diluída no currículo. O mesmo ocorre com a BNCC(2018), que aborda o tema nas competências gerais e orienta seu ensino como transversal e sem caráter obrigatório, o que possibilitou que diferentes arranjos das escolas em âmbito nacional fossem adotados, configurando, assim, uma grande pluralidade na organização curricular em todo país(BRANCO *et al*, 2018).

É fato que as escolas que adotam a Agenda 21 Escolar geralmente desenvolvem projetos educativos, implementam práticas de conservação ambiental, promovem ações de reciclagem, entre outras atividades relacionadas à sustentabilidade.

Orientações para a realização de atividades

Como atividade, a/o professor pode identificar juntamente com a/os estudantes dentro da escola, situações prejudiciais ou degradantes do ponto de vista ambiental praticadas no ambiente escolar; a partir da verificação, realizar gincanas educativas, jogos cooperativos, redações com o tema “como gostaria de ver minha escola e meu bairro daqui a 10 anos”, no intuito de mudar comportamentos, inclusive, buscando parceria dentro e fora da instituição de ensino para implementar a Agenda Escolar na perspectiva da Agenda 2030 da ONU, cujo foco de sustentabilidade são as pessoas mais vulneráveis.

Nesse sentido, sugerimos promover a leitura da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU que propõe a ação humana no sentido de concretizar os direitos humanos de

todos, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.

Nessa linha de raciocínio, as/os estudantes podem promover e atuar em ações voluntárias (na Agenda Escolar) de ajuda a doentes, deficientes, desempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade dentro e fora da escola.

Orientações para realização da avaliação

Uma das estratégias de avaliação que a/o docente pode adotar é observar o envolvimento da/o jovem com as atividades propostas, a qualidade do trabalho desenvolvido, a aquisição de conhecimentos e o comprometimento com os princípios da sustentabilidade.

6 - Construção, apresentação, debate, aprovação e implantação da Agenda 21 Escolar.

Vamos, aqui, indicar orientações de Romanelli(2011) acerca da implantação da *Agenda 21 Escolar*.

Requisitos Básicos da Elaboração da Agenda 21 Escolar

- A adoção de uma metodologia de trabalho que busca o consenso entre representantes da escola, dos alunos, da comunidade, do poder público e de ONGs, em reuniões previamente designadas para tanto.
- Levantamento de problemas do meio ambiente ou riscos ambientais existentes na área de atuação da agenda, englobando saúde local, degradação, segurança, problemas sociais(desemprego, alcoolismo, uso de drogas etc).
- Avaliação técnica especializada das soluções para estancar/reverter/amenizar os problemas, buscando os meios de sustentabilidade econômica da população, a melhora de sua qualidade de vida e a melhoria ambiental, com preservação de áreas, criação de novas áreas, saneamento, melhoria dos elementos já implantados e, essencialmente, educação de cunho social e ambiental.
- Verificar os respectivos custos e os meios de financiamento das ações pensadas coletivamente.
- Envolver, negociar com o poder público soluções para os problemas observados.
- Mobilizar os setores da sociedade que de alguma forma possam auxiliar na concretização dos projetos relativos à solução dos problemas apurados.
- Dar andamento às ações de correção, reversão e erradicação de tais problemas.

Elaboração prática da Agenda 21 Escolar

1.º passo: realização de fórum para implementação oficial da *Agenda 21 Escolar*, onde serão escolhidos os membros da comissão (composta por representantes dos docentes, discentes, da comunidade, do poder público, das lideranças locais, Ongs, mais um coordenador técnico e um relator).

2.º passo: buscar a participação popular para o fórum e as reuniões periódicas da agenda, bem como o apoio da imprensa, de órgãos do poder público ligados aos problemas apontados.

3.º passo: promover ações dentro da escola, com os alunos, na pesquisa das situações prejudiciais ou degradantes e na elaboração de concursos, como redação e poesia, tipo “como gostaria de ver minha escola e meu bairro daqui a 10 anos”; gincanas educativas e construtivas, jogos cooperativos, atividades que possam despertar a empatia pela comunidade, ações voluntárias de ajuda a doentes, deficientes, desempregados etc;

4.º passo: trabalhar com ações práticas e economicamente viáveis, dentro de um processo de educação ambiental entrelaçado com criação de hortas comunitárias, ou hortas individuais, coleta seletiva de lixo e comercialização do lixo reciclável, cursos sobre compostagem dos resíduos orgânicos e sua aplicação nas hortas, comunitárias ou individuais, saneamento e tratamento de resíduos nas áreas rurais etc;

5.º passo: identificar os temas que serão incluídos no documento inicial a ser elaborado pela comissão escolhida e que se chamará “Agenda 21 Escolar da Escola ...”, devendo esses temas serem identificados pela comissão e pela comunidade participante do fórum. Os temas não deverão ultrapassar a dez ou doze, para que não se impossibilite a realização de tarefas em todas as frentes. É conveniente que sejam escolhidos especialistas ou professores das respectivas áreas para que, de início, façam um relatório da situação atual da comunidade a ser trabalhada, ou seja, o cenário inicial dos trabalhos, assim como um cenário do passado e uma projeção de um cenário ideal em um determinado prazo – 10 anos, por exemplo, dando publicidade desse levantamento.

6.º passo: elaboração de projetos e/ou planos estratégicos, ou seja, a discriminação, passo a passo, das atividades necessárias à realização dos objetivos previstos em cada um dos temas selecionados para a agenda, com cálculo de custos, de recursos materiais e humanos;

7.º passo: finalmente, a implementação prática, etapa por etapa, daquelas previstas nos projetos e/ou planos estratégicos, angariando os recursos necessários dentro do plano de ação e atendendo às necessidades da etapa em andamento.

Acompanhamento dos trabalhos

I - Sugere-se reuniões trimestrais dos Coordenadores da *Agenda 21 Escolar* para troca de informações e experiências, que serão levadas aos respectivos fóruns permanentes.

II - Realização periódica de Seminários e Cursos de Atualização e Capacitação para os participantes efetivos dos fóruns permanentes de debates, e demais interessados, buscando envolver o pessoal dos órgãos governamentais, como o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Secretarias Municipais de Educação, Planejamento, Saúde, Social, órgãos de Infância e Adolescência etc.

É interessante lembrar que:

- A agenda deverá ter sempre em mira a sustentabilidade econômica da comunidade, a preservação e implementação de áreas de preservação e os respectivos cuidados, o cunho permanente de educação individual, familiar, social e ambiental, interligados dentro das ações previstas na agenda; o trabalho cooperativo, a criação de núcleos de apoio social, o fortalecimento das instituições oficiais e de liderança da comunidade.

- A agenda 21 nunca termina. Ela é sempre reconstituída, reconstruída, repassada, corrigida dentro dos fóruns de discussão e de acordo com a avaliação dos rumos dos trabalhos, as fontes de financiamento, as parcerias, novos problemas que possam surgir, novas soluções encontradas, etc.

- Os fóruns de discussão são permanentes, deverão estar sempre abertos à participação de todos os membros da comunidade, do poder público, da imprensa, de entidades de apoio, de patrocinadores, enfim, do todo a que pretende servir e de quem recebe apoio humano, material ou financeiro.

- A agenda poderá ter início com ações de menor impacto, dependendo de suas possibilidades, e enriquecida posteriormente pela experiência dos participantes, do aumento do grupo, de maiores patrocínios, de maior apoio dos órgãos de política pública etc.

Orientações para a realização de atividades

Para essa primeira etapa da Unidade Curricular, podemos pensar na implementação da Agenda 21 Escolar, conforme posto acima, e, aqui resumida, como:

- ✓ Mobilização mediante motivação e reflexão da comunidade escolar em participar da Agenda 21 Escolar e compreender a concepção de Educação Socioambiental.
- ✓ Criação do Fórum Permanente de Discussões.
- ✓ Diagnóstico de problemas e de potencialidades da comunidade escolar num trabalho interdisciplinar e de pesquisa.
- ✓ Plano de Ações a partir das prioridades observadas, estabelecendo metas a curto, médio e longo prazo para resolver/minimizar/encaminhar os problemas identificados.

Orientações para avaliação

As proposições de avaliação precisam estar alinhadas com as atividades avaliativas da Formação Geral Básica – uma vez que essa unidade curricular, propõe-se a ser um aprofundamento da FGB. Dito isso, é pertinente observar a motivação do(a) estudante em participar da construção e vivência das atividades da Agenda 21 Escolar. Se demonstra interesse, se apresentam curiosidade científica em relação ao tema e propõe problemas para serem estudados, se conjuntamente ou de forma individual levantam hipóteses sobre as questões em discussão no fórum, na sala de aula, se contribuem com a pesquisa e com a busca de soluções e alternativas para sanar os questões levantadas.

7. Referencial Bibliográfico

ACSELRAD, H. **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Brochura, 2013.

_____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas da sustentabilidade democrática**. Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático, Rio de Janeiro, n. 1, 1999.

AGENDA 21. Capítulo 4: **mudança dos padrões de consumo**.
http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente/legislacao/leg_federal/leg_fed_agenda21_rio92/04%20Consumo.htm .

BRANCO. Emerson Pereira et all. A abordagem da educação ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. Nuances, Presidente Prudente, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CONEXÃO AMBIENTAL. Agenda 21. Conexão Ambiental, [s.d.]. Disponível em: <https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Agenda-21> Acesso em: 10/02/2024.

AGENDA 21 GLOBAL. UNCED - **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21 (global)**. Ministério do Meio Ambiente – MMA, 1992. Consulta: 03 fev. 2024 .

COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias**. Brasília, DF: MMA: PNUD, 2002b.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana (org.). **Etnoconservação da natureza: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. Hucitec: São Paulo, 2000.

ICLEI, BRASIL. Governos Locais pela Sustentabilidade. Missão e história. Escritório de projetos no Brasil, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/quem-somos/> Acesso em: 08/02/2024.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI JR, A. Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo :Signus Editora,2000. p.19-51.

LOUREIRO, Carlos. F. B. O Dito e o Não Dito na “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Promovida pela Unesco. *In Pesquisa em Educação Ambiental*, vol.11, n. 2 – pags. 58-71, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n.2.p.58-71>.

MALHEIROS, T. F. *et al.* **Agenda 21 nacional e indicadores de desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 17, n.1, p.7-20, jan./mar. 2008.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

MMA – Ministério do Meio Ambiente; MEC – Ministério da Educação. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: Relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. (Série Documentos Técnicos, v. 4).

MARTINS, C. H. B.; CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C.; MOREIRA, G. G. **Da Rio-92 à Rio+20: avanços e retrocessos da Agenda 21 no Brasil.** Indic. Econ. FEE. Porto Alegre, 42 (3), p. 97- 108, 2015.

OLIVEIRA, L. D. **A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92).** Campinas, 2011.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de. Currículo do Ensino Médio. 2021. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/523/CURRICULO_DE_PERNAMBUCO_DO_ENSINO_MÉDIO,2021_última_versão_17-12-2021.docx.pdf Acesso em 04 mar. 2022.

PIGA T. R.; Mansano, S. R. V.; Mostage, N. C. Ascensão e declínio da Agenda 21: uma análise política. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 13, n. 3, p. 74-92, 2018.

ROMANELLI, Francisco Antonio. **Agenda 21 Escolar** : um poderoso instrumento de Educação Socioambiental. TCC. Especialização em Educação Ambiental. Faculdades Integradas de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 103 páginas, 2008.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidade. *In* RUA, João (org.) **Paisagem, espaço e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. p. 143-194.